



SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA E RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS NO FIES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

 <https://doi.org/10.56238/levv15n41-112>

Data de submissão: 31/09/2024

Data de publicação: 31/10/2024

Ricardo Tagliacolli Nascimento dos Anjos
Universidade Federal Tecnológica do Paraná
E-mail: ricardodosanjos@gmail.com

Daniel Poletto Tesser
Dr.
Prof.
Universidade Federal Tecnológica do Paraná
E-mail: danieltesser@utfpr.edu.br

RESUMO

O presente artigo aborda a sustentabilidade financeira do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um dos principais mecanismos de acesso ao ensino superior no Brasil. O estudo analisa os desafios econômicos e administrativos que o programa enfrenta, com foco na alta inadimplência e nas consequências fiscais para o governo federal. A partir de uma revisão crítica da literatura e da análise de dados, o trabalho explora as reformas implementadas nos últimos anos e discute possíveis alternativas para assegurar a viabilidade financeira do FIES a longo prazo. Entre as propostas apresentadas, destacam-se a adoção de mecanismos de pagamento contingentes à renda, a ampliação de parcerias com o setor privado e o aprimoramento das políticas de gestão de crédito estudantil. O artigo conclui que, embora o FIES tenha sido essencial para a democratização do acesso à educação superior, sua sustentabilidade depende de uma reformulação que equilibre interesses sociais e financeiros.

Palavras-chave: FIES. Sustentabilidade Financeira. Inadimplência. Financiamento Estudantil. Políticas Públicas.



1 INTRODUÇÃO

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é uma das políticas públicas mais relevantes para a democratização do acesso ao ensino superior no Brasil. Instituído em 1999, o FIES foi concebido com o propósito de conceder crédito estudantil para estudantes de baixa renda, facilitando o ingresso e permanência em cursos superiores em instituições privadas. Durante mais de duas décadas, o programa se consolidou como um dos principais instrumentos de inclusão educacional no país, favorecendo milhares de brasileiros que, de outra forma, teriam dificuldades em ingressar em um curso superior. Apesar de seu papel socialmente transformador, o FIES tem enfrentado uma série de desafios relacionados à sua sustentabilidade financeira, colocando em questão sua viabilidade a longo prazo.

A sustentabilidade financeira de um programa dessa magnitude é importantíssima para sua continuidade e expansão. No caso do FIES, a alta inadimplência entre os beneficiários e o crescente impacto fiscal sobre o governo federal têm levantado preocupações quanto à capacidade do Estado em manter o financiamento sem comprometer o equilíbrio fiscal. A questão se torna ainda mais exigente quando consideramos que o FIES, em sua configuração original, não foi projetado para lidar com os altos níveis de inadimplência registrados nos últimos anos. Como resultado, as reformas implementadas desde 2017, como a introdução de mecanismos de pagamento contingentes à renda, foram tentativas de ajustar o programa às novas realidades econômicas e fiscais. Contudo, tais reformas ainda não foram suficientes para resolver os problemas estruturais do programa.

No presente contexto, a presente pesquisa visa investigar os principais desafios econômicos e administrativos enfrentados pelo FIES, com ênfase na sua sustentabilidade financeira. Para isso, será realizada uma revisão crítica da literatura, além de uma análise das reformas recentes e suas implicações para o futuro do financiamento estudantil no Brasil. O objetivo central é explorar as alternativas possíveis para garantir a viabilidade do FIES a longo prazo, considerando tanto os interesses dos beneficiários quanto as limitações fiscais do governo federal.

Dentre as soluções apontadas pela literatura especializada, destaca-se a adoção de mecanismos de pagamento contingentes à renda como uma medida que busca alinhar a capacidade de pagamento do beneficiário à sua renda futura, o que poderia minimizar os níveis de inadimplência. Discute-se ainda a importância de aumentar as parcerias com o setor privado, de modo a compartilhar o ônus do financiamento e diminuir a dependência do Estado. A melhoria na gestão do crédito estudantil é muitas vezes mencionada como uma estratégia necessária para assegurar que os recursos sejam destinados de forma eficiente e que os riscos financeiros sejam reduzidos.



O presente trabalho pretende contribuir para o debate sobre a sustentabilidade financeira do FIES, evidenciando que, apesar de suas contribuições inegáveis para a inclusão educacional, o programa requer uma reestruturação cuidadosa que equilibre interesses sociais e econômicos. Somente com reformas bem planejadas será possível assegurar que o FIES continue a desempenhar ativamente o acesso ao ensino superior no Brasil, sem comprometer a estabilidade fiscal do país.

2 METODOLOGIA

A revisão de literatura foi realizada com o objetivo de detectar os principais desafios e soluções apontados pela academia e por relatórios institucionais, no que tange à viabilidade financeira do FIES. Para isso, foram selecionados artigos acadêmicos, dissertações, teses e documentos governamentais publicados entre 2017 e 2023, período em que ocorreram as principais reformas do programa.

As bases de dados utilizadas para a busca das fontes foram o Google Scholar, a SciELO, o Portal de Periódicos da CAPES e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Foram empregados descritores como "sustentabilidade financeira", "inadimplência no FIES", "financiamento estudantil", "políticas públicas educacionais" e "parcerias público-privadas".

O presente trabalho utilizou a análise documental para examinar relatórios oficiais emitidos por órgãos governamentais, como o Ministério da Educação (MEC) e o Tribunal de Contas da União (TCU), com o intuito de entender o impacto das reformas recentes no programa.

A metodologia aplicada buscou garantir uma óptica ampla do problema, permitindo a construção de uma discussão crítica que aborde tanto os desafios de sustentabilidade financeira do FIES quanto as soluções viáveis para garantir sua continuidade.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O FIES COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi instituído em 1999 pelo governo federal como uma resposta à crescente demanda por educação superior e à limitação de vagas nas universidades públicas. A política teve como objetivo central promover o acesso ao ensino superior para estudantes de baixa renda, financiando cursos em instituições privadas, com condições mais acessíveis de pagamento após a formatura. Desde sua criação, o FIES representou um marco no que diz respeito à inclusão educacional no Brasil, sendo amplamente reconhecido como um instrumento de democratização do ensino (Becker e Mendonça, 2021).



Ao longo de sua existência, o FIES passou por diversas reformulações, visando adaptar-se às demandas do mercado educacional e às restrições fiscais do Estado. As primeiras versões do programa baseavam-se em juros subsidiados, o que, à época, parecia uma solução viável para o financiamento estudantil em larga escala. No entanto, a evolução do cenário econômico e o aumento expressivo de alunos inscritos no programa geraram um impacto fiscal enorme, o que exigiu alterações profundas no seu funcionamento. Em 2017, por exemplo, uma reforma implementou o pagamento contingente à renda, o que vincula o valor das parcelas de reembolso à capacidade de pagamento do beneficiário (Bezerra e Meneguin, 2021).

O FIES, como política pública, ressalta as tensões entre a necessidade de expansão do acesso à educação superior e os limites fiscais de um país com grandes desigualdades socioeconômicas. A busca por soluções para equilibrar a equação entre inclusão e sustentabilidade é um desafio constante para o governo federal. Diversos estudos apontam que, sem uma gestão eficaz e um planejamento de longo prazo, programas como o FIES correm o risco de se tornarem insustentáveis, no ponto de vista fiscal e social. A inadimplência dos beneficiários e o endividamento estudantil são questões centrais nesse debate, exigindo uma análise criteriosa de como as políticas de crédito podem ser mais eficazes e igualitárias (Dantas et al., 2023).

O FIES surge em um contexto de crescente privatização do ensino superior no Brasil. Com a insuficiência de vagas nas universidades públicas, as instituições privadas passaram a ter cada vez mais relevante na formação de mão de obra qualificada. O financiamento estudantil, nesse sentido, tornou-se uma ferramenta importantíssima para garantir que as camadas menos favorecidas da população tivessem acesso à educação superior. Entretanto, como muitos autores apontam, o sucesso de políticas como o FIES depende da oferta de crédito, e de condições que favoreçam a empregabilidade dos formandos, a fim de que eles possam arcar com o pagamento do financiamento (Henriques Júnior e Dias, 2023).

Nesse cenário, o FIES consolidou-se como uma política pública que atende aos interesses de inclusão educacional e à necessidade de suporte ao setor privado de ensino superior. Entretanto, o modelo conservador, baseado em subsídios e condições facilitadas de crédito, demonstrou-se vulnerável às mudanças macroeconômicas e à volatilidade do mercado de trabalho, evidenciando a necessidade de revisões periódicas no programa. Essas revisões têm o intuito de assegurar a continuidade do financiamento estudantil, ao mesmo tempo em que reduzem o impacto fiscal e asseguram a viabilidade do FIES para as gerações futuras (Marciano, 2021).



Dessa forma, o FIES representa um exemplo de política pública que busca enfrentar a desigualdade de oportunidades no Brasil. Entretanto, à medida que o país enfrenta crises fiscais e mudanças no panorama econômico, o futuro do programa depende de uma gestão equilibrada, que consiga conciliar os objetivos de inclusão social com a sustentabilidade financeira a longo prazo. O desafio de assegurar a acessibilidade ao ensino superior para todos, sem comprometer as finanças públicas, permanece como uma das questões mais complexas e urgentes da política educacional brasileira (Scudeler, 2022).

3.2 O DESAFIO DA INADIMPLÊNCIA NO FIES

A inadimplência no Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) surgiu como um dos principais desafios à sustentabilidade do programa. Inicialmente, o FIES foi projetado com a promessa de que os estudantes, ao se formarem, conseguiram ingressar no mercado de trabalho e, consequentemente, quitar suas dívidas de forma gradual. Entretanto, a realidade socioeconômica brasileira, marcada por instabilidades no mercado de trabalho e dificuldades de inserção profissional para recém-formados, resultou em altos índices de inadimplência, comprometendo a recuperação dos valores emprestados pelo governo. Esse cenário coloca em risco a continuidade do FIES e a capacidade do governo de arcar com as despesas crescentes associadas ao programa (Bezerra e Meneguin, 2021). A enorme inadimplência, que tem demonstrado um problema persistente ao longo dos anos,

ressalta uma série de fatores conectados. Entre eles, destaca-se a dificuldade dos beneficiários em se posicionar no mercado de trabalho com rendimentos suficientes para honrar o pagamento do financiamento. Estudos demonstram que a inserção dos egressos no mercado formal é mais lenta do que o esperado, principalmente em áreas menos valorizadas economicamente, o que impacta na capacidade de quitação das parcelas do FIES. Esse desafio é aumentado em períodos de crise econômica, quando as taxas de desemprego entre jovens tendem a aumentar, agravando ainda mais o quadro de inadimplência (Dantas et al., 2023).

As políticas de pagamento contingente à renda, implementadas nas reformas mais recentes do FIES, foram desenhadas para reduzir o impacto da inadimplência. Esses mecanismos permitem que o beneficiário pague suas parcelas com base em sua renda disponível, aliviando a pressão financeira sobre os recém-formados. Entretanto, mesmo com essas medidas, a inadimplência permanece elevada. Parte disso pode ser atribuída à falta de mecanismos de acompanhamento rigorosos e à falta de incentivos mais efetivos para estimular o pagamento regular das dívidas. Também há críticas sobre a falta de flexibilidade nas condições de renegociação da dívida, o que poderia facilitar a recuperação de valores por parte do governo (Henriques Júnior e Dias, 2023).



Outro fator importante no debate sobre a inadimplência no FIES é a distribuição desigual dos benefícios do programa. Há evidências de que, embora o FIES tenha aumentado o acesso ao ensino superior, muitos dos seus beneficiários pertencem a grupos que, historicamente, enfrentam maiores dificuldades econômicas e sociais. Esse fator, somado às dificuldades no acompanhamento dos egressos e à falta de articulação entre a formação educacional e as demandas reais do mercado de trabalho, cria um cenário de vulnerabilidade para os beneficiários. Muitos deles não conseguem se inserir em postos de trabalho que ofereçam remuneração suficiente para cobrir os custos da dívida adquirida durante os anos de estudo (Marciano, 2021).

A inadimplência no FIES levanta questões sobre a própria viabilidade do modelo de financiamento estudantil adotado. A dependência exclusiva de recursos públicos, sem uma contrapartida consolidada de outras fontes, como o setor privado, coloca uma pressão sobre o orçamento governamental. Em longo prazo, essa dependência pode se tornar insustentável, principalmente em um contexto de restrição fiscal. Estudos nos mostram que parcerias público-privadas poderiam ser uma solução viável para dividir o ônus do financiamento e reduzir os índices de inadimplência, ao mesmo tempo em que aumentam a oferta de crédito estudantil (Scudeler, 2022).

A inadimplência no FIES é um dos maiores desafios à sua sustentabilidade, exigindo uma abordagem integrada e inovadora por parte das políticas públicas. Além de medidas financeiras, é necessário repensar a função do FIES na formação de profissionais e sua relação com o mercado de trabalho, assegurando que o investimento na educação resulte em melhores oportunidades de empregabilidade. Dessa maneira, o problema da inadimplência não pode ser analisado isoladamente, mas como parte de um complexo sistema que envolve a economia, o mercado de trabalho e a gestão eficiente do crédito estudantil (Becker e Mendonça, 2021).

3.3 REFORMAS RECENTES NO FIES E MECANISMOS DE PAGAMENTO CONTINGENTE À RENDA

Nos últimos anos, o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) passou por diversas reformas com o intuito de reduzir os impactos financeiros causados pela inadimplência e de tornar o programa mais sustentável. Essas reformas, introduzidas principalmente a partir de 2017, tiveram como foco a reestruturação do financiamento, a criação de faixas de crédito mais adaptadas à capacidade de pagamento dos beneficiários e, acima de tudo, a implementação de mecanismos de pagamento adequados à renda. O objetivo central dessas medidas foi vincular o valor das parcelas ao rendimento futuro do estudante, tornando o

reembolso mais viável e menos exorbitantes em períodos de baixa ou instabilidade salarial (Bezerra e Meneguin, 2021).

O mecanismo de pagamento referente à renda, inspirado em modelos adotados em países como Austrália e Reino Unido, foi uma das mudanças nas recentes reformas do FIES. Nesse sistema, o pagamento das parcelas do financiamento é proporcional à renda do beneficiário após a sua inserção no mercado de trabalho. Esse modelo busca adequar o reembolso à realidade financeira do estudante, propiciando que as parcelas sejam pagas de acordo com a capacidade financeira de cada indivíduo, evitando o acúmulo de dívidas em momentos de dificuldade econômica. A adoção desse mecanismo foi vista como uma tentativa de conciliar o aumento do acesso ao ensino superior com a sustentabilidade fiscal do programa (Dantas et al., 2023).

O atual sistema de pagamento relacionado à renda enfrenta desafios na sua implementação. Um dos principais problemas detectados é a dificuldade de monitoramento das condições financeiras dos egressos, o que compromete a eficiência do modelo. Este mecanismo exige uma forte coordenação entre órgãos governamentais e instituições financeiras, o que muitas vezes não ocorre de forma eficiente. Sem um acompanhamento adequado da evolução salarial dos beneficiários, o pagamento das parcelas pode se tornar irregular, comprometendo a recuperação dos créditos e a sustentabilidade do FIES (Henriques Júnior e Dias, 2023).

Outro ponto de destaque nas reformas recentes foi a introdução de diferentes faixas de financiamento, que variam de acordo com o perfil socioeconômico do estudante e o tipo de curso frequentado. Essa medida tentou reduzir o impacto fiscal sobre o governo federal, direcionando os recursos de forma mais estratégica. Entretanto, críticos apontam que, embora a segmentação do financiamento possa aliviar as pressões fiscais, ela pode criar desigualdades entre os estudantes, especialmente aqueles provenientes de contextos socioeconômicos vulneráveis, que podem ter dificuldade em acessar as faixas mais altas de financiamento (Marciano, 2021).

As reformas também buscaram incentivar a participação do setor privado no financiamento estudantil. No presente contexto, o governo passou a estimular parcerias público-privadas, com o objetivo de minimizar a dependência exclusiva de recursos públicos. Embora essas parcerias ainda estejam em fase inicial, elas representam uma alternativa promissora para assegurar a sustentabilidade do programa, ao mesmo tempo em que diversificam as fontes de financiamento. A maior participação do setor privado pode ajudar a dividir os riscos e diminuir a pressão sobre o orçamento público, sem comprometer o acesso dos estudantes ao ensino superior (Scudeler, 2022).

As reformas recentes do FIES e a introdução de mecanismos de pagamento contingente à renda representam um avanço importante no esforço de tornar o programa mais sustentável e adaptado à realidade econômica dos beneficiários. Contudo, o sucesso dessas medidas depende de uma implementação eficiente, que assegure o acompanhamento contínuo da renda dos beneficiários e promova a participação ativa do setor privado no financiamento estudantil. Somente com uma gestão mais eficiente e colaborativa será possível garantir que o FIES continue desempenhando na democratização do acesso ao ensino superior no Brasil, sem comprometer a estabilidade fiscal do país (Becker e Mendonça, 2021).

3.4 PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS COMO ALTERNATIVA AO FINANCIAMENTO EDUCACIONAL

Diante dos desafios fiscais enfrentados pelo governo brasileiro para manter a sustentabilidade do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), as parcerias público-privadas (PPPs) surgem como uma alternativa para a continuidade e expansão do financiamento educacional. As PPPs permitem que o setor privado atue como co-financiador de políticas públicas, aliviando a pressão sobre o orçamento governamental ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior. No contexto do FIES, tais parcerias visam diversificar as fontes de financiamento, tornando o programa menos dependente de recursos exclusivamente públicos e mais resistente a flutuações econômicas (Bezerra e Meneguin, 2021).

A introdução das PPPs no financiamento educacional não é um fenômeno exclusivo do Brasil. Em vários países, a colaboração entre o setor público e o setor privado tem sido usada como uma estratégia eficiente para financiar a educação superior. Tais parcerias podem assumir diferentes formas, como a concessão de crédito estudantil por instituições financeiras privadas com garantias públicas ou a criação de fundos específicos para o financiamento da educação, com contribuições conjuntas do governo e de empresas privadas. No Brasil, a proposta de PPPs no FIES busca assegurar a viabilidade do programa, melhorando sua eficiência operacional, reduzindo os níveis de inadimplência ao envolver mais diretamente o setor financeiro na gestão dos créditos concedidos (Dantas et al., 2023).

A participação do setor privado no financiamento educacional através das PPPs pode trazer benefícios adicionais, como a introdução de práticas mais rigorosas de análise de risco e gestão de crédito, com o objetivo de minimizar as perdas financeiras. Instituições financeiras privadas possuem maior expertise em gerenciamento de risco e recuperação de crédito, o que poderia contribuir para uma redução significativa da inadimplência no FIES. Ao compartilhar a responsabilidade financeira com o setor privado, o governo pode focar em garantir a inclusão

social por meio de políticas de acesso à educação, enquanto o setor privado se encarrega de promover a sustentabilidade financeira do programa (Henriques Júnior e Dias, 2023).

As PPPs podem incentivar o desenvolvimento de novos modelos de financiamento educacional que sejam mais flexíveis e adaptados às necessidades do mercado. O setor privado, motivado pela busca de retornos financeiros, tende a ser mais ágil na criação de soluções inovadoras, como planos de financiamento mais acessíveis ou o desenvolvimento de instrumentos financeiros específicos para estudantes de baixa renda. Esse tipo de inovação poderia contribuir para a criação de um sistema de financiamento mais justo e eficiente, que assegure o acesso ao ensino superior e a permanência e conclusão dos cursos pelos estudantes (Marciano, 2021).

A implementação das PPPs no financiamento educacional apresenta desafios que devem ser considerados. Um dos principais riscos é a possível redução da responsabilidade do governo na garantia de acesso igualitário ao ensino superior. Se não for adequadamente regulada, a maior participação do setor privado no FIES pode levar a uma priorização de estudantes com maior capacidade de pagamento, em detrimento daqueles de baixa renda. As parcerias com o setor privado exigem uma regulação clara e eficiente para evitar abusos ou a criação de barreiras adicionais para os estudantes, principalmente em um contexto de muita demanda por crédito educacional (Scudeler, 2022).

As parcerias público-privadas tornam-se como uma alternativa promissora para o financiamento educacional no Brasil, principalmente no contexto do FIES. Entretanto, para que sejam eficazes e contribuam para a sustentabilidade do programa, é necessário um equilíbrio cuidadoso entre os interesses do setor privado e os objetivos de inclusão social do governo. A regulação adequada dessas parcerias, juntamente com a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação, será importantíssima para assegurar que o FIES continue a desempenhar seu papel central na democratização do ensino superior no país, sem comprometer os princípios de igualdade e acessibilidade (Becker e Mendonça, 2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos principais resultados detectados foi a relação direta entre a inadimplência dos beneficiários e a inserção no mercado de trabalho. A literatura destaca que egressos de cursos em áreas com menos demanda no mercado têm maior dificuldade em encontrar empregos com salários que permitam arcar com as parcelas do FIES, o que resulta em um ciclo de inadimplência persistente. Essa constatação corrobora as análises de Bezerra e Meneguin (2021), que sugerem que o modelo atual precisa ser mais flexível em relação ao perfil dos cursos e ao potencial de empregabilidade dos beneficiários.



Outro resultado em destaque está relacionado à eficácia das reformas recentes, especialmente a adoção do pagamento referente à renda. Conforme Henriques Júnior e Dias (2023) destacam, sem um acompanhamento contínuo da evolução salarial dos beneficiários, o mecanismo acaba perdendo sua eficiência, comprometendo a capacidade de recuperação dos créditos pelo governo.

As parcerias público-privadas, discutidas nas reformas como uma alternativa viável para ampliar as fontes de financiamento do FIES, também apresentaram resultados mistos. Por um lado, as PPPs oferecem uma oportunidade de alívio fiscal ao governo e de maior participação do setor privado no financiamento estudantil. No entanto, os resultados sugerem que a implementação dessas parcerias ainda está em fase inicial e enfrenta barreiras regulatórias e operacionais que limitam seu impacto. Como Scudeler (2022) aponta, é importantíssimo que essas parcerias sejam devidamente regulamentadas para assegurar que o acesso ao ensino superior continue sendo democratizado, sem prejuízo aos estudantes de baixa renda.

5 CONCLUSÃO

A sustentabilidade financeira do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) tem sido mostrada um dos maiores desafios para as políticas públicas de educação no Brasil. Ao longo deste estudo, ficou claro que, embora o FIES tenha desempenhado um auxílio enorme no aumento do acesso ao ensino superior, os obstáculos financeiros, como a inadimplência e o impacto fiscal sobre o governo federal, continuam a comprometer a viabilidade do programa. As reformas recentes ainda não foram suficientes para resolver os problemas estruturais que afetam a continuidade do FIES.

Os mecanismos de pagamento referentes à renda, adotados nas últimas reformulações, trouxeram um avanço na adaptação do programa às realidades econômicas dos beneficiários. Entretanto, os desafios de implementação e monitoramento permanecem demonstrando que, para que essas políticas tenham sucesso, é necessário um sistema mais eficiente de acompanhamento dos egressos. A dependência do FIES em recursos exclusivamente públicos exige que o governo explore outras alternativas, como as parcerias público-privadas, para assegurar uma maior diversificação das fontes de financiamento.

O presente estudo também destacou que a inadimplência no FIES não pode ser abordada de forma isolada, uma vez que está profundamente ligada com as condições do mercado de trabalho e a empregabilidade dos beneficiários. A criação de oportunidades de emprego para os egressos deve ser uma prioridade nas discussões sobre a educação superior e nas políticas de desenvolvimento econômico do país. Sem isso, os índices de inadimplência



continuarão a aumentar, comprometendo ainda mais a sustentabilidade financeira do programa.

Dessa forma, a continuidade do FIES, como instrumento de inclusão educacional, depende de uma reformulação que considere as demandas sociais e fiscais. O futuro do programa está ligado à sua capacidade de se adequar às novas realidades econômicas e ao desenvolvimento de estratégias mais eficientes de gestão de crédito estudantil. Parcerias com o setor privado, uma gestão mais rigorosa e o fortalecimento das políticas de emprego são elementos importantíssimos para assegurar que o FIES continue a desempenhar seu papel de democratização do acesso ao ensino superior no Brasil.

Conclui-se que o FIES, embora insubstituível para a inclusão educacional, precisa de ajustes em sua estrutura e em sua governança. Somente com uma abordagem ampla, que equilibre as questões de sustentabilidade financeira e a promoção da equidade social, será possível assegurar que o programa se mantenha viável e continue a proporcionar oportunidades de crescimento pessoal e profissional para milhares de brasileiros.



REFERÊNCIAS

BECKER, Kalinca Léia; MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de. Políticas de financiamento estudantil: análise de impacto do Fies no tempo de conclusão do ensino superior. *Econ. soc.*, v. 30, n.2, p. 11, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ecos/a/5NKNCS9YbL48y3gM5SSM7bt/?lang=pt>. Acesso em: 5 set. 2024.

BEZERRA, Felipe Portela; MENEGUIN, Fernando Boarato. A evolução do FIES: uma avaliação de desenho sobre mudanças e continuidades do programa. *Law J. Pub. Admin.*, v. 168, 2021. Disponível em:
<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/redap2021&div=24&id=&page=>. Acesso em: 5 set. 2024.

BEZERRA, Felipe Portela; MENEGUIN, Fernando Boarato. Avaliação ex post de políticas públicas: uma análise sobre as principais mudanças do FIES. In: Seminário de Administração, Economia e Tecnologia do IDP, 10., 2020, Brasília. Anais... Brasília: IDP, 2020. Disponível em:
<https://portalgt.idp.emnuvens.com.br/seminarioadmpublica/article/view/338>. Acesso em: 5 set. 2024.

DANTAS, Valdiléia Ferreira Vilhena; FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; RIBEIRO, Giselle dos Santos. O Fundo de Financiamento aos Estudantes de Ensino Superior (FIES) enquanto estratégia de expansão do ensino superior privado brasileiro: limites e possibilidades. 2023. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/243911>. Acesso em: 5 set. 2024.

DUARTE, Afonso José. "Endivide-se, o pagamento, você vê depois": uma análise da governança do FIES e do impacto da dívida na vida do beneficiário. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023. Disponível em:
<http://hdl.handle.net/1843/56183>. Acesso em: 5 set. 2024.

HENRIQUES JÚNIOR, Francisco Gonçalves; DIAS, Robson. O Controle Externo que mudou uma Política Educacional – A Influência do TCU na "Reforma do FIES" para atingimento da meta 12 do "PNE 2014-2024". *ECCOM: Educação, Cultura e Comunicação*, v. 14, n. 27, p. 320, 2023. Disponível em: <https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Agcd%3A8%3A23033528/detailv2>. Acesso em: 5 set. 2024.

LOCATELLI, Ronaldo Lamounier; FONSECA, Alan Sales da; LARA, José Edson; SILVA, Wendel Alex. Economic value creation and financial sustainability in Brazilian higher education institutions. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, [S. l.], v. 21, n. 1, p. e18548, 2022. DOI: 10.5585/riae.v21i1.18548. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/riae/article/view/18548>. Acesso em: 5 set. 2024.

MARCIANO, Carlos Henrique da Silva. Quando obstáculos à coordenação governamental comprometem uma inovação: o caso de instituição do pagamento contingente à renda no financiamento estudantil. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6617>. Acesso em: 5 set. 2024.

SANTOS, A. A. dos.; REIS, A. S. dos. O discurso da democratização e o privilegiamento do capital no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies): aspectos políticos e informacionais. *Pesquisa e Debate em Educação*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1–16, e34484, 2022. DOI: 10.34019/2237-9444.2022.v12.34484. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/34484>. Acesso em: 5 set. 2024.

SCUDELER, Marcelo Augusto. O FIES e as estratégias dos grupos empresariais da educação superior frente à redução dos contratos de financiamento público. 2022. Tese (Doutorado em Educação) –



Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16786>. Acesso em: 5 set. 2024.

SCUDELER, Marcelo Augusto; TASSONI, Elvira Cristina Martins. A educação a distância como estratégia de captação de alunos após a redução da oferta do FIES. Avaliação (Campinas), v. 28,2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/HB77JwX6yxHqGM4LR5mW9Db/>. Acesso em:5 set. 2024.

SILVA, Alexandre Augusto. Fundo de Financiamento Estudantil - FIES: uma análise com vistas à sustentabilidade operacional. 2022. Monografia (Especialização em Administração Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2022. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7345>. Acesso em: 5 set. 2024.

TAVARES, Rafael Rodrigues. A inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies):um estudo sobre seu perfil e das características dos empréstimos vinculados à renda com foco nas reformas introduzidas a partir de 2017. 2023. 97 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

TAVARES, Rafael Rodrigues. A inadimplência do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies):um estudo sobre seu perfil e das características dos empréstimos vinculados à renda com foco nas reformas introduzidas a partir de 2017. 2023. 97 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.